

Reforma fiscal ameaça os mais pobres, diz Sarney

Josemar Gonçalves



O Plenário aprovou ontem apenas quatro dispositivos sobre impostos do DF e estados

Friedrich vê legenda cheia de poluidores

O deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) afirmou ontem que é "ótimo" que ocorram manifestações como a que foi promovida esta semana no gabinete do deputado Ulysses Guimarães (SP), de contestação aos dissidentes do PMDB que pregam o rompimento com o Governo.

"Manifestações desse tipo vão mostrar a toda a sociedade o quanto o partido está poluído e descaracterizado", disse Friedrich, referindo-se aos que defendem a manutenção do apoio a Sarney e criticam a dissidência.

Friedrich não se negou a dar nomes, dizendo que entre os muitos "poluidores" do partido podem ser citados, por exemplo, o senador Saldanha Derzi (MS) — "leia-se UDR", completou o deputado — e Basílio Villani (PR), entre inúmeros outros.

A reunião no gabinete de Ulysses, interpretada como uma tentativa de manter o presidente do PMDB mais próximo dos conservadores do que dos dissidentes, dá uma visão geral dessa "parte poluída" do partido, segundo Friedrich.

Conservadores

O parlamentar negou que a nova sigla, que poderá ser formada pelos dissidentes, conte com a possível participação de políticos conservadores. Nelton reagiu às notícias de que teriam sido feitos convites, por exemplo, ao ex-líder do governo Figueiredo, o ex-deputado Nelson Marchezan, e à deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

"Ninguém está convidando ninguém", enfatizou, observando que não há ainda sequer um instrumento para formalizar convites, mas apenas uma articulação política em torno da possível formação de uma nova sigla. "Antes de qualquer convite, é preciso estabelecer os critérios do novo partido", disse.

Friedrich afirmou que, pelas conversas já mantidas, ficou claro que o novo partido deverá ser integrado por "sociais democratas, socialistas democratas e, no máximo, por alguns liberais de prática moderna", que se distinguem daqueles mais identificados com o capitalismo em sua forma mais conservadora e retrógrada. Friedrich citou nominalmente o deputado Alenci Guerra (PFL-PR), que tem assumido, segundo ele, "posições muito boas na Constituinte".

Data da convenção complica o PMDB

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, desaconselhou ontem os presidentes regionais do partido na Bahia, deputado Genebaldo Correia, e no Maranhão, deputado Cid Carvalho, a prosseguirem nas articulações com vistas ao adiamento da convenção nacional, marcada para o próximo dia 5 de junho. Apesar disso, os dois deputados, que também integram a cúpula do partido disseram a Ulysses que não atenderão ao seu pedido porque acham que o adiamento, além de ser a melhor forma de não tumultuar ainda mais o trabalho da Constituinte, é a única maneira de o PMDB evitar o seu esfacelamento.

Documentação

O deputado Cid Carvalho preferiu ficar com os argumentos técnicos, lembrando que, como as convenções regionais serão realizadas no dia 8 de maio, os diretores não terão pronta toda a documentação em tempo hábil para o registro na Justiça Eleitoral. Para a convenção nacional, o registro das chapas terá de ser feito até 15 de maio. Em consequência, a documentação dos estados deverá estar pronta até essa data, o que, para Cid, é praticamente impossível.

O deputado Ulysses Guimarães, no entanto, respondeu que a Constituinte terá seu trabalho concluído antes da data da convenção.

Empresários temem falta de quorum na próxima semana

A emenda do Centro que substitui todo o Título VII — «Da Ordem Econômica e Financeira» — do projeto de Constituição corre o risco de ser rejeitada, caso o comparecimento de constituintes ao plenário na próxima semana, iniciada com um feriado, fique pouco acima do mínimo exigido de 280 senadores e deputados.

Esta foi a grande preocupação debatida ontem na reunião mensal da União Brasileira de Empresários — UBE, segundo informou seu presidente, Antônio de Oliveira Santos, que também é presidente da Confederação Nacional do Comércio. Após a reunião — da qual participaram dirigentes das Confederações da Agricultura, Indústria, Transportes Terrestres e Empresas Financeiras — Oliveira Santos definiu a necessidade de aprovação do substitutivo do Centro como «uma questão de vida ou morte para as empresas nacionais». Para garantir o maior número de constituintes presentes ao plenário, na próxima semana quando será votada a emenda, Santos admitiu inclusive

a possibilidade de mobilizar aviões executivos de empresas para o transporte de deputados e senadores para Brasília.

Risco

Pelas normas da Constituinte, caso a emenda do Centro (que estabelece um sistema econômico com menor intervenção do Estado e maior liberdade para a iniciativa privada) não obtenha 280 votos, será automaticamente rejeitada, sendo posto em votação o texto da Comissão de Sistematização, que propõe uma economia mais estatizada.

Oliveira Santos diz que os empresários — embora defendam integralmente a emenda do Centro — admitem a possibilidade de alguns de seus dispositivos virem a ser alterados por votações de destaque. Porém, consideram que seria impraticável mudar, também com destaques, o texto da Comissão de Sistematização, a ponto de garantir «o desenvolvimento econômico do País dentro de um capitalismo moderno» — disse Santos.

Roosevelt Pinheiro



Para os empresários reunidos ontem a questão é de vida ou morte

Secretários rejeitam emendas

Secretários de Fazenda e Finanças de 16 estados, que trabalham junto aos constituintes desde quinta-feira emitiram uma nota em que rejeitam a proposta de fusão das emendas patrocinadas pelo Governo e apresentadas pelos deputados Mussa Demes (PFL-CE) e José Lourenço (PFL-BA) — que privilegia os Estados do Nordeste, mas mantém a centralização de recursos na União —, por concluírem que ela atende apenas aos interesses da União e prejudica os Estados e municípios. Paralelamente, o deputado José Serra (PMDB-SP) emitiu outra nota contestando as "tabelas pseudo-técnicas" utilizadas pelo Governo na tentativa de conseguir apoio a sua proposta.

A fusão das emendas Mussa-Lourenço faz o Fundo de Par-

ticipação dos Estados e Municípios incidir com percentual reduzido — sobre todos os impostos da União. E garante à União competência para instituir o Imposto Unico Sobre Combustível, Energia e Minerais — que o projeto da Comissão de Sistematização inclui no ICM, que é de competência dos Estados. Os secretários informaram que não apenas rejeitam a proposta, como também se mantêm firmes e unidos na defesa dos interesses dos Estados.

Negando que a distribuição dos recursos levaria União à falência, os secretários pedem a manutenção do texto que aglutina os impostos únicos na base de cálculo do ICM e a manutenção dos índices já acordados dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

Prieto combate "leão estadual"

O deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS) é contra a criação de um adicional ao Imposto de Renda, pelos estados. O parlamentar vem combatendo a medida anunciada e que classifica como "um leão estadual".

Ele argumenta que a criação do adicional restringirá a competência da União relativamente ao Imposto de Renda, porque a legislação federal de regência do instrumento não poderá alcançar integralmente a matéria tributária.

O deputado chama a atenção para um aspecto que considera importante: "O adicional somente beneficiaria os estados mais ricos, onde se concentra quase toda a arrecadação do Imposto de Renda. Os estados menos desenvolvidos

não teriam condições para instituir o adicional, quer por inexistência de matéria tributária expressiva, frente aos custos de arrecadação, quer pela incoerência de elevar ainda mais a carga tributária em seus territórios".

Arnaldo Prieto vislumbra a possibilidade de "uma guerra fiscal" e suas danosas consequências, com estados desenvolvidos procurando atrair investimentos para seus territórios, mediante o recurso da não-incidência ou da devolução do adicional ao Imposto de Renda. O deputado acha que qualquer restrição ao exercício da competência tributária da União, representará diminuição de recursos para o atendimento de seus encargos.

Um dia depois da primeira derrota importante do Governo na votação do capítulo do sistema tributário, pelo plenário da Constituinte, o presidente José Sarney insistiu ontem em manifestar preocupação com o recolhimento direto de receitas pelos estados e municípios. No seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", o Presidente afirmou que o projeto que a Constituinte está aprovando reduzirá em cerca de 10% as aplicações nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de inviabilizar a Federação:

"Temos que ter cuidado para não inviabilizar a União" — disse o Presidente. Sarney argumentou que os recursos arrecadados pela União são sempre usados para cumprir as suas finalidades e também para auxiliar as regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, construir a infra-estrutura nacional e ter recursos para as emergências.

O presidente Sarney também usou o programa para comunicar a revogação do decreto que liberou as mensalidades das escolas públicas e a desapropriação de 400 mil hectares de terras para fins de reforma agrária, aproveitando para elogiar o ministro Jader Barbalho pelo seu desempenho na pasta.

Em certo ponto de seu pronunciamento, disse Sarney:

"Outra preocupação desta semana, a que eu dediquei muita atenção, foi a votação pela Assembleia Nacional Constituinte do capítulo que trata do sistema tributário nacional. Eu tive uma grande preocupação com esse as-

Ulysses defende a mudança tributária

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem as decisões da Assembleia em relação ao capítulo tributário, contrapondo-se a argumentação do Governo quanto a evasão de recursos da União. Segundo ele, "todos, inclusive o Governo, tiveram oportunidade de trazer suas contribuições ao texto", que vem sendo debatido desde o período das subcomissões temáticas.

Sem opinar tecnicamente sobre o fato da União ter perdido com o que foi aprovado, 23% de sua arrecadação em favor dos estados e municípios, Ulysses referiu-se a omissão do Governo no debate da questão.

"Este projeto, principalmente no que diz respeito a tributos, orçamento e na Ordem Econômica, que ainda será votada, teve maturação longa. Passou pelas subcomissões, comissões temáticas, Sistematização e por discussões numa série de reuniões e em plenário. O Governo teve oportunidades de participar, mas não sei se valeu delas.

Mendicância

O presidente da Constituinte acha que o plenário decidiu, depois de um processo lento de debates, enfrentar o sério problema da distribuição da arrecadação dos impostos, beneficiando os estados e municípios que estavam muito prejudicados no bolo tributário, pois a maior parte sempre ficou com a União.

Para ele, tem de haver uma melhor distribuição dos recursos arrecadados pela União com os impostos. "Como estava é que não podia continuar —. Os municípios vivem mendigando, os estados vivem mendigando, todos de pires na mão e isso não é mais possível".

Ele lembrou que a decisão da Constituinte de revidir as receitas reflete um processo lento de negociação.

"O Governo teve oportunidade, e não sei se se valeu dela, de participar das negociações com os diversos grupos durante todo esse processo" — desabafou ele, acrescentando: "Recebemos juizes, promotores, pessoas ligadas ao meio ambiente e até autoridades de fora do País que vieram trazer sua contribuição à Constituinte. Portanto, ninguém pode se queixar ou alegar surpresa com os resultados das votações que estão beneficiando agora os estados e municípios. Todos os deputados, do Norte, do Nordeste, e do Centro-Oeste estiveram envolvidos nesses entendimentos".

Lobão contesta a liderança de Chiarelli

O senador Edison Lobão (PFL-MA) está fazendo a contagem regressiva para que o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) deixe a liderança do PFL no Senado: "Ele não representa mais a bancada na Câmara Alta e sabe disso". Lobão, que não é candidato, apóia integralmente a candidatura do senador Marcondes Gadelha (PB), "que possui toda a legitimidade".

Problemas como a liderança do partido no Senado, contudo, não são vistos por ele como sérios, nem como uma possível divisão ou dissidência. O seu entendimento é que tudo não passa de uma mera manifestação de opinião de uma minoria, que vai acatar a vontade da maioria, não rompendo com o Governo.

"Posições divergentes são comuns nos partidos políticos, é da própria natureza deles. Mas a esmagadora maioria do PFL, na ordem de 90% segue ao lado do presidente José Sarney, que tem o apoio liberal tanto a nível de bases quanto de representação no Congresso Nacional", observa.

Reconheço que é imperioso fortalecer as finanças dos estados e municípios, mas devemos ter cuidado para não inviabilizar a União, não inviabilizar a Federação, cujos recursos são sempre usados para cumprir as suas finalidades e também para auxiliar as regiões mais pobres, como o Norte e Nordeste, construir a infra-estrutura nacional e ter recursos para as emergências.

Hoje, por exemplo, 62% das transferências de recursos da União são destinadas ao Norte e Nordeste, regiões mais pobres. Se aprovado o projeto, essas aplicações federais nas regiões do Norte e Nordeste, mais na região Centro-Oeste, teremos um decréscimo de cerca de 10%. Digo isso com absoluta autoridade, porque não estou pensando no meu Governo mas no futuro, nos problemas que uma divisão mal feita da receita dos impostos pode acarretar para os meus sucessores. Se o Governo Federal não tiver meios para reduzir os efeitos das diferenças, a pobreza vai aumentar ainda mais e perderemos os avanços que se vêm realizando para melhorar a péssima distribuição de renda do Brasil, péssima distribuição de renda não só de caráter regional, como também de caráter pessoal.

Foi essa observação que fiz aos membros da Constituinte, por um problema de consciência.

Desapropriações

Quero também dizer a brasileiros e brasileiros que na área da reforma agrária assinei nesta

Manobras obstruem a votação

A bancada do Norte/Nordeste/Centro-Oeste obstruiu a votação do Capítulo Impostos da União, ontem pela manhã, com recibo do baixo quorum — só 313 em plenário — prejudicar a aprovação de artigos que beneficiam diretamente as três regiões. A retirada estratégica dos parlamentares aconteceu durante votação do dispositivo que facultava aos Estados cobrarem adicional de 5% sobre o IR dos rendimentos e ganhos de capital. Um prévio acordo de líderes condicionou a aprovação desta emenda à redução do quorum exibido pelo Senado para fixação do ICM. No entanto, os líderes preferiram não correr risco e optaram pela suspensão da sessão.

Os articuladores da manobra de obstrução, o vice-líder do PFL, Incêncio de Oliveira e o deputado Fernando Coelho (PMDB-PE) justificaram a atitude como peça de um acordo firmado entre as bancadas do Norte e Sul do País visando a aprovação de dois artigos que irão beneficiar especificamente cada região. "É uma tática que o regimento permite, nada posso fazer", desabafou Ulysses ao suspender os trabalhos e convocar nova sessão para a próxima terça-feira, às 14h30.

A sessão, aberta com o "pinga-fogo" às 8h30, somente iniciou o processo de votação às 10h00, com a verificação de quorum feita pelo presidente Ulysses Guimarães. Apenas 294 constituintes no plenário, fato que já intranquilizou os tributaristas. O deputado José Serra (PMDB-SP) confidenciou ao ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ): "O melhor seria suspender a sessão, caso contrário poderá trazer complicações", disse.

Mesmo assim o deputado Ulysses Guimarães colocou em votação emenda do deputado César Maia (PDT-RJ), que pretendia suprimir da competência dos Estados e municípios e transferir para a alçada da União, o direito de ins-

semana desapropriações que atingem 3 milhões e 400 mil hectares permitindo o assentamento de 85 mil famílias, o que representa mais de 400 mil pessoas. Para se ter uma idéia de extensão dessa área que foi desapropriada no atual governo, basta uma comparação: é maior do que o Estado de Alagoas.

A nossa meta até o final de 88 é promover o assentamento de 200 mil famílias. O ministro Jader Barbalho está dinamizando o processo da reforma agrária e avançando com prudência, competência e firmeza na linha que estabeleci de promover paz na terra e que norteou a criação do Ministério da Reforma Agrária, que teve tantas contribuições, como, inclusive, a do saudoso ministro Marcos Freire.

Semana passada fui a São Joaquim, em Santa Catarina, e lá presidi a abertura da festa da maçã, que este ano comemora uma safra recorde de 308 mil toneladas. E uma safra recorde. A maçã brasileira é resultado de pesquisas notáveis da Embrapa e da orientação dos agricultores feitas pela Embrater. Somente se compara esse crescimento ao da soja, também não que se refere à produção e produtividade. Em apenas 8 anos saímos praticamente do zero e hoje, a maçã é uma cultura que ocupa 29 mil hectares e a mão-de-obra de 100 mil pessoas, nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas, o que assegura um abastecimento de cerca de 61% do consumo nacional. Nos últimos anos, nossa maçã já economizou 300 milhões de dólares em divisas.

tituir impostos sobre serviços de comunicação. Como esperado, a emenda não alcançou quorum qualificado (280), apenas 190 votos contrários e 118 favoráveis. O senador Leite Chaves (PMDB-PR) apresentou e retirou emenda que exigia aos Estados repassar 50% do Imposto Territorial Rural aos municípios.

Em um raro momento de descontração, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, não percebeu a retirada da emenda, e em alto e bom tom, do microfone frisou: "Recomendo a bancada pela aprovação da emenda". Foi o bastante para provocar risos e brincadeiras do plenário. O deputado Gerson Peres (PDS/PA), não se conteve, e falou do microfone: "O PTB está dormindo". Mais risos, inclusive do deputado Ulysses Guimarães.

Adicional

O presidente anunciou para votação destaque supressivo de autoria dos deputados Eliel Rodrigues, Afif Domingos e Arnaldo Prieto, que visava retirar do texto todo o artigo que garante aos Estados cobrarem o adicional de 5% sobre o IR dos rendimentos e ganhos de capital. Mas o deputado José Luis Maia (PDS-PI) apelou ao presidente pela suspensão da sessão, revelando o recibo dos nordestinos em terem prejudicadas suas emendas diante do baixo quorum registrado. Em momento de inspiração Ulysses confessou ao plenário que almoça, sonha e até tem pesadelos com o quorum, e mesmo constatando a reduzida presença, não poderia desprezar os constituintes presentes.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, exigiu, de Ulysses, punições para os faltosos e, diante da resposta do presidente que ainda estava examinando a questão, ameaçou convencer a sua bancada a não comparecer às sessões do próximo final de semana.

A nova carta

Integra do que foi aprovado ontem:
Título IV — Da Tributação e do Orçamento
Capítulo I — Do Sistema Tributário Nacional
Seção IV — Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal
Art. 183 — Compete aos estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

I — transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos;

II — operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

III — propriedade de veículos automotores.

Presidência do PFL não atrai Aureliano

Apesar de ser visto como o nome de consenso dentro do partido, o ministro Aureliano Chaves não quer candidatar-se à presidência do PFL. Ele comunicou isso ao atual presidente, senador Marco Maciel (PE), que também já disse que não é candidato à reeleição, embora tente o apoio de Aureliano. Os dois já discutiram os critérios de formação de uma chapa de composição para o Diretório Nacional.

Maciel pretende repetir o mesmo critério de composição do atual diretório: fazer uma chapa que conte com a presença de pelo menos dois parlamentares de cada uma das bancadas federais. O objetivo seria impedir uma disputa na convenção, o que contribuiria para "dividir" a sigla. O deputado Alenci Guerra (PR), que está sendo contactado para ser o candidato dos "dissidentes" quase afastaram do Governo, já rejeitou a idéia. Segundo ele, é preciso haver disputa. Se os "governistas" vencerem, não haverá problema, segundo ele: "se eles vencerem,

podem ficar com tudo. Assim, ficará caracterizado o que é o partido", frisou.

Tentativa

O critério de "proporcionalidade das bancadas" que consiste em assegurar vagas no diretório na proporção das bancadas por estado, garantida a participação de pelo menos dois representantes de cada é uma evidente tentativa de Maciel para conseguir a composição entre as duas correntes que divergem hoje no PFL quanto ao apoio do partido ao governo Sarney. Embora se mostre disposto a essa composição, Maciel é candidato aceito pelos governistas e reivindicado pelos dissidentes. O próprio Alenci diz que só concorrer se Maciel não disputar a reeleição, e acrescenta que o atual presidente é o "melhor candidato" dos dissidentes. "Se ele concorrer pela nossa ala, será ótimo, diz Alenci, que não acredita na possibilidade de Marco Maciel liderar a chapa dos governistas. O prazo para inscrição de chapa vai até 10 de maio.